



Actualidade

# PNAER revê em baixa metas para energia eólica

Apresentado em Junho ao sector, o Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis (PNAER) contém as metas propostas pelo Governo para as energias renováveis, mobilidade e eficiência energética, assim como a indicação de medidas necessárias para as alcançar, no horizonte 2020. O documento não reuniu, no entanto, o consenso entre os principais players do sector.

Nas metas que o Governo deverá apresentar a Bruxelas, através do Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis (PNAER), existem divergências em relação às que estão inscritas na Estratégia para a Energia (ENE 2020), publicada em *Diário da República*, no passado mês de Abril. E as principais diferenças ocorrem nos sectores das renováveis mais preponderantes para a estratégia nacional: eólica e hídrica.

No caso da eólica, as metas baixaram de 8500 MW para 6950 MW. Já na hídrica, as metas foram revistas acima do previsto. Depois de uma avaliação da hídrica de 8600 MW constante na ENE 2020, o Governo apresenta à Comissão Europeia um valor de 9834 MW – dos quais 9084 MW correspondem à grande hídrica –, como estimativas do contributo total do sector para alcançar os objectivos europeus obrigatórios de 2020.

potência considerado, com excepção do solar que, voltamos a insistir, deverá ser aumentado para 2500 MW, mas não o cenário de energia daí decorrente», afirma Sá da Costa.

No parecer dado ao documento em consulta pública, a associação quer ainda ver garantido que a revisão das tarifas das renováveis, prevista para o início deste segundo semestre, não retira direitos adquiridos. Outro dos pontos propostos passa pela realização de um debate a nível nacional até ao final de 2010, que esteja ressalvado no PNAER, de forma que todos os *stakeholders* possam participar na discussão dos futuros concursos para a atribuição de nova potência. Os critérios e procedimentos administrativos na atribuição da potência renovável são os dois temas que a Apren quer ver discutidos com todo o sector.

Ao nível da eficiência energética, existe igualmente desacordo entre o PNAER e o Roteiro Nacional das Energias Renováveis, proposto pela Apren no início deste ano. «O impacto das medidas de eficiência energética é inferior ao considerado no roteiro, embora a base tenha sido a mesma, o PNAEE [Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética]», considera o responsável. Face a esta realidade, a associação reforça a posição de que deverão ser implantadas medidas adicionais para a conservação e uso eficiente da energia.

No que respeita à energia das ondas, a meta para 2020 de 150 MW parece excessivamente limitada para o Centro de Energia das Ondas. «Defendemos que o objectivo deveria passar pelos 300 MW de energia das ondas, o que representaria um sinal positivo do Governo», afirma Frank Neumann, director-adjunto do centro. Para a entidade, esta será uma meta ambiciosa e plausível, que teria em conta a produção, no seu máximo (250 MW), da zona piloto de São Pedro de Moel, e a antevisão de outros projectos paralelos. «Se os desenvolvimentos na energia das ondas prosseguirem, a meta de 150 MW será facilmente ultrapassável.»

Para a biomassa, foram destinados 958 MW (335 MW para biomassa sólida, 150 MW para biogás e 473 MW para biolíquidos). Paulo Preto Santos, secretário-geral da Associação dos Produtores de Energia e Biomassa, realça que a mudança no regime tarifário é essencial para que a calen-



No caso da eólica, as metas baixaram de 8500 MW para 6950 MW

darização do Governo se confirme, especialmente no que diz respeito às 15 centrais adjudicadas. O responsável acredita que a actualização tarifária permitirá ter as centrais em funcionamento até 2014, dando força às metas propostas no PNAER.

## Viabilidade económica posta em causa

«A aposta nas energias renováveis, tal como surge na ENE 2020 e no PNAER, é uma aposta de grande risco», afirma o especialista em energia, Pedro Sampaio Nunes. O empresário, que lidera uma empresa na área dos biocombustíveis, defende que o nível já elevado de incorporação de energias renováveis na geração eléctrica, aliado ao estado de desenvolvimento das várias tecnologias existentes, levam a que as metas apresentadas pelo Governo sejam incomportáveis.

Em termos gerais, o PNAER estima que as energias de fonte renovável devam representar, em 2020, 31 por cento do consumo final bruto de energia, 60 por cento da electricidade produzida e 10 por cento do consumo de energia no sector dos transportes rodoviários. Dessa forma, será possível reduzir em dois mil milhões de euros o saldo importador energético.

A questão da tarifa bonificada para as três principais apostas do Governo – hídrica, eólica e solar – também não é vista com bons olhos por Luís Mira Amaral, ex-ministro da Indústria e Energia. «Os sobrecustos da produção em regime especial têm, através de

uma subsídição cruzada, sido passados para os consumidores domésticos, as microempresas e a iluminação pública (Baixa Tensão), poupando-se as empresas e as actividades produtivas de maior peso económico», considera Mira Amaral, numa referência ao défice tarifário agravado pela aposta do Governo nas renováveis.

«Em Portugal e Espanha queremos de forma exagerada e irracional privilegiar as renováveis da moda (eólica e fotovoltaica)», acrescenta ainda o professor do Instituto Superior Técnico, acusando o Governo de ser fundamentalista e de ter traçado um plano energético para o horizonte 2020 sem ter sequer feito estudos de base. Relativamente à eólica, o responsável acredita que «o limite de eólica encaixável por Portugal não deveria exceder cerca de 15 por cento do consumo total de electricidade, o qual foi atingido em Dezembro de 2009, quando se começou a vender energia para Espanha a preço zero». Na opinião de Mira Amaral, a política energética apresentada pelo Governo levará a que o País tenha, cada vez mais, «uma ineficiente combinação de fontes de energia e de técnicas de produção de electricidade», assim como uma fraca exploração das alternativas disponíveis.

O PNAER tem de ser apresentado no final de Junho à Comissão Europeia, prazo limite estipulado pela União Europeia para receber os planos nacionais de cada Estado-membro em relação às metas europeias.

Marisa Figueiredo

## Números

**9834 MW**

para a energia hídrica

**6950 MW**

para a eólica

**1500 MW**

para o solar

**150 MW**

para a energia das ondas

**958 MW**

para a biomassa

Para António Sá da Costa, presidente da Associação de Energias Renováveis (Apren), a revisão das metas é compreensível, mas não deveria limitar a aposta do Governo das renováveis. «Admite-se que as divergências patentes entre os dois documentos se possam reconhecer como alguma prudência do Estado Português, na comunicação dos seus objectivos à Comissão Europeia, mas espera-se que a política a seguir aponte no sentido de objectivos mais ambiciosos, como os da ENE 2020», ressalva a associação.

Quanto à energia solar, o Governo continua a manter a fasquia nos 1500 MW, valor que a Apren já tinha considerado pouco ambicioso. «A Apren sustenta maioritariamente o cenário de

